

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,
Senhores membros do Governo,

De acordo com dados fornecidos pela Organização das Nações Unidas, mais de dez mil milhões de pessoas, repito, dez mil milhões de pessoas vivem, actualmente, na mais completa e desumana das misérias, sem acesso aos mais elementares cuidados de saúde ou de educação, com uma reduzida esperança de vida e, fundamentalmente, sem o direito a terem esperança de, um dia, poderem ter uma vida com alguma dignidade.

Quando constatamos que, pese embora os recursos naturais existentes, a maioria da população africana sobrevive com menos de um euro por dia, sendo que cerca de 40% das receitas do continente africano se destinam ao pagamento da dívida externa, em detrimento de investimentos que poderiam beneficiar as populações e quando nos apercebemos que, neste mesmo continente se verificam, anualmente, cerca de 500 milhões de casos de malária, de que resultam mais de dois milhões de mortes, é caso para nos perguntarmos como é possível que, em pleno século XXI, continuemos a assistir a cenários destes.

Como é também de reflectir sobre o facto de, de acordo com um recente estudo do insuspeito Banco Mundial, cerca de três quartos da humanidade terem empobrecido entre 1988 e 1993, devido aos

factos de se terem acentuado as desigualdades quer no interior dos países quer, de forma mais acentuada, entre os países.

Ou seja, em apenas cinco anos, período em que o rendimento mundial “per capita” aumentou 5,7 %, verificou-se um considerável aumento da pobreza, quer em termos relativos, quer em termos absolutos.

Para termos uma ideia da dimensão deste fenómeno, atendamos apenas a alguns dados disponíveis:

Cerca de 50 milhões de pessoas, (aproximadamente um por cento da população mundial), auferem uma fatia de rendimentos igual à dos 57 por cento da população mais pobre, correspondente a 2,7 mil milhões de pessoas;

Um cidadão americano, mesmo incluído no escalão dos dez por cento mais pobres do seu país, possui melhor nível de vida do que dois terços da população mundial;

Cerca de 75 por cento da população mundial recebe 25 por cento do rendimento mundial e, por fim, registre-se que as verbas gastas, em alguns países ocidentais, no consumo de gelados, seria mais do que suficiente para permitir, através da vacinação, a erradicação da poliomielite em todo o mundo.

Refira-se igualmente que, de acordo um relatório da Organização das Nações Unidas divulgado no passado mês de Março, mais de 2,7 biliões de pessoas poderão, em 2025, deparar-se com problemas de falta de água, a manterem-se os actuais níveis médios de consumo.

Mas, se 2025 nos poderá parecer uma realidade longínqua, podendo eventualmente a situação ser alterada pela inovação tecnológica, registemos apenas o facto de, actualmente, mais de 1,1 biliões de pessoas não terem acesso a água potável sendo que mais de cinco milhões de pessoas morrem por ano devido à água contaminada.

Senhor Presidente,
Senhoras e Senhores Deputados,
Senhores membros do Governo,

A frieza destes números não pode ser encarada como apenas mais um conjunto de indicadores estatísticos, passíveis de uma análise meramente racional, onde descartamos a nossa consciência, de tempos a tempos, referindo quer a “fatalidade histórica” do subdesenvolvimento, quer através de atitudes avulsas, muitas vezes sob a capa do donativo, das piedosas declarações de intenções, ou da lógica egoísta que, enquanto a nossa vida for correndo mais ou menos bem, não temos grandes razões de nos preocupar com os outros.

Estes números, estes dados, revelam uma realidade cruel, que a ninguém pode deixar indiferente.

Os problemas ambientais, as alterações climáticas, o aumento da fome, a cada vez mais desigual distribuição da riqueza e da exploração de recursos são assuntos que a todos devem dizer

respeito, numa altura em que tanto se fala de novas tecnologias, da omnipresença do mercado, de capitais que circulam a uma velocidade vertiginosa através de simples operações informáticas, numa só palavra, numa altura em que tanto se fala de globalização. Falemos pois de globalização. Falemos pois de um conceito que, de tão banalizado, começa a fazer parte do nosso quotidiano, do nosso discurso, dos nossos chavões, associados a outros como “desenvolvimento sustentado”, “modelos de desenvolvimento”, “relações Norte/Sul” e políticas “ambientalmente correctas”.

O processo de globalização, cuja génese actual remonta aos anos 80, caracteriza-se pelo desenvolvimento das telecomunicações e da informática, estendendo-se as suas aplicações ao mercado financeiro, à cultura, ao comércio e ao consumo. O seu Olimpo, se assim lhe poderemos designar, chama-se bolsa de valores, materializa-se na possibilidade de poder comprar o mesmo produto em qualquer parte do mundo, impõem-se pelo seu volume e pela padronização de comportamentos e hábitos de consumo e representa, diariamente, operações financeiras calculadas em mais de um milhão e quinhentos mil milhões de dólares, verba semelhante ao volume anual do comércio internacional.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Senhores membros do Governo,

A questão sobre a qual, hoje, se deverá reflectir, não é tanto a de perceber se este processo tem ou não retrocesso.

Aquilo que, hoje, se deverá avaliar, são as implicações e as consequências que a globalização produz quer no meio ambiente, principalmente nos países menos desenvolvidos, quer no processo de desenvolvimento e de melhoria das condições de vida para as populações.

Hoje, quando tanto se fala do Protocolo de Quioto e na recusa obstinada de alguns países, principalmente os Estados Unidos, em o ratificar, alegando os impactos negativos que a redução da emissão de gases para a atmosfera poderia ter na sua economia, é importante realçar a necessidade de garantir que, conforme está estipulado, se verifique uma redução, até 2010, de 8 por cento das emissões de dióxido de carbono para a atmosfera, de modo a preservar a camada de ozono e evitar, com isso, o aquecimento do planeta.

Destaque-se, neste aspecto, que países como os Estados Unidos são responsáveis por cerca de 25% da emissão desses gases e que, através do processo de globalização, se começa a verificar a transferência de empresas para países que oferecem melhores condições de investimento quer pela mão-de-obra ser mais barata, quer por regimes fiscais mais favoráveis, podendo não se verificar uma diminuição da emissão de gases.

Falar, hoje, do processo de globalização, é atendermos ao facto que a mesma só fará sentido se acompanhada de políticas sociais

claras e de uma forte componente ambiental, que promova o desenvolvimento e o bem-estar da humanidade.

Não se trata de contestar, por vezes de forma incoerente e contraditória, (veja-se o caso do já famoso senhor José Bové), um processo que, na sua essência, poderá contribuir para a melhoria das condições de vida das populações.

Não se trata de defender um mercado fechado, fortemente protegido por medidas que, a médio e longo prazo, fomentarão o descalabro das economias.

Trata-se, isso sim, de promover uma globalização solidária, onde a afectação de recursos e de capitais permita o desenvolvimento dos países e das regiões.

O investimento na educação, na saúde, em infra-estruturas e serviços sociais assume uma particular importância neste mundo, permitam-me dizê-lo, cada vez com menos fronteiras.

A globalização é um fenómeno que afecta de forma desigual o desenvolvimento e o progresso dos diferentes países. Daí a necessidade de um esforço suplementar de investimento nas zonas mais pobres do planeta, fazendo com que a gestão dos recursos humanos e materiais permita a muitos países e a muitas regiões aproximar-se dos níveis de vida já atingidos em outros lugares.

Este desafio é tanto mais importante quando se observa que, mesmo dentro dos países considerados mais desenvolvidos, as assimetrias regionais permanecem de forma notória, quer seja entre

o litoral e o interior, o norte e o sul, os continentes e as regiões periféricas.

Chegou pois, utilizando as palavras do director-geral do Fundo Monetário Internacional, a hora de “humanizar a globalização”.

E essa humanização passa, desde logo, pela aposta fundamental em combater as doenças ligadas aos climas tropicais, em colaborar de forma activa no desenvolvimento de países que, pela sua geografia, são penalizados no acesso aos bens e aos equipamentos, pois já se encontravam excluídos, há muito, do comércio internacional.

Essa humanização passa pela definição de uma estratégia que garanta que um cada vez maior número de países poderá tirar benefícios da expansão dos mercados mundiais.

E, neste aspecto, importa realçar o papel fundamental que o incremento das novas tecnologias da informação assume, garantindo que a globalização passe também pelo apoio à investigação, à formação e ao incremento não só das exportações, mas também da ciência e da tecnologia.

Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados,

Senhores membros do Governo,

Apostar nas pessoas, no seu desenvolvimento integral, é o grande desafio que se poderá colocar em termos de globalização.

Daí que, para os Açores, região pobre e ultra-periférica da Europa, este processo não pode passar ao lado.

Importa pois, de forma empenhada, incrementar o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, garantindo a sustentabilidade do nosso tecido económico, mas tendo a certeza de que a grande aposta passa pela qualificação dos recursos humanos, pela capacidade que deveremos demonstrar em nos adaptarmos a uma nova ordem económica e social, onde as fronteiras têm cada vez menos importância.

Como importa também, de forma clara, preservar a cultura, preservar os aspectos distintivos que dão corpo e forma a uma região.

É que, tenhamos consciência, a globalização não pode, de forma alguma, ser sinónimo de uniformização.

Disse.

Horta, 14 de Maio de 2002

Francisco Barros